

DECLARAÇÃO POLÍTICA

PELO FUTURO DA AMAZÔNIA

DEMOCRACIA E DIREITOS
NA AMÉRICA LATINA



ICM
Internacional de Trabalhadores
da Construção e da Madeira
www.bwint.org



Rede Sindical
AMAZÔNICA



ALIANÇA SINDICAL
PELAS FLORESTAS
TROPICAIS



PELO FUTURO DA AMAZÔNIA: DEMOCRACIA E DIREITOS NA AMÉRICA LATINA

Declaração Política da Rede Sindical Amazônica e da Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira.

Manaus, outubro de 2026.

Nós, trabalhadores e trabalhadoras representados pelas **organizações sindicais que integram a Rede Sindical Amazônica (RSA)** – sob a coordenação da **Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM)** – reafirmamos a nossa posição política, classista e internacionalista frente aos graves desafios socioeconômicos, políticos e climáticos que impactam a região da Amazônia Internacional e a América Latina. Liderada pelas entidades sindicais brasileiras, a Rede Sindical da Amazônia mobiliza-se para reeleger o Presidente Lula e eleger candidatos parlamentares pró-trabalhadores.

A análise do panorama pan-amazônico e latino-americano revela um momento crítico de disputa de projetos de sociedade. O avanço e a articulação de forças da extrema-direita e de interesses ultraliberais na região impõem sérias ameaças à soberania, a democracia, aos direitos fundamentais e à agenda de justiça climática e socioambiental.

A extrema-direita atua sistematicamente para enfraquecer os órgãos estatais de fiscalização ambiental e trabalhista, promover a desregulamentação de terras e mercantilizar a sociobiodiversidade. Sob discursos negacionistas e extrativistas, aprofunda-se o modelo de pilhagem dos recursos naturais, resultando em violência contra lideranças, contaminação dos rios e precarização das condições de vida.

No Brasil, maior território da Bacia Amazônica, a disputa política ganha contornos decisivos para o futuro de todo o continente. A eleição presidencial do país coloca em confronto direto o projeto de reconstrução democrática, da justiça social e da integração pan-amazônica contra o projeto da extrema-direita, historicamente

associado ao desmatamento recorde, ao garimpo ilegal e à destruição dos direitos dos trabalhadores.

Por isso, a Rede Sindical Amazônica está comprometida com a necessidade histórica de **reeleger o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva** e fortalecer as candidaturas parlamentares da Coligação Brasil Pronto Pra Mais que representam os interesses da classe trabalhadora. Entendemos que a continuidade e o fortalecimento de um governo e de um congresso progressista no Brasil são pré-requisitos fundamentais para assegurar uma agenda de governo que prese pela governança ambiental, o financiamento público de uma bioeconomia socialmente justa e o protagonismo do trabalho decente no cenário regional e global. Diante disso, pautamos:

- 1. A implementação de uma Agenda de Trabalho Decente para a Amazônia:** incorporação obrigatória de cláusulas de trabalho decente, liberdade sindical e convenções da OIT em todos os fundos climáticos e projetos de desenvolvimento para a região.
- 2. Fortalecimento da Fiscalização:** recomposição orçamentária e operacional das inspeções do trabalho e dos órgãos ambientais para combater o trabalho escravo, o trabalho infantil e as atividades ilegais.
- 3. Participação Sindical na Transição Justa:** garantia da presença da classe trabalhadora organizada nas instâncias decisórias e de governança climática regional. Ex.: Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF).
- 4. Incentivo e fortalecimento das Cadeias de Manejo Florestal e a constituição das Cadeias de Restauração Ecológica,** assim como a utilização de madeira certificada para projetos de edificações públicas (edifícios públicos e programas de moradia popular).
- 5. Proteção aos Territórios e a Liberdade Sindical:** Garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais com segurança jurídica e física. Garantia do direito de criação, associação e atuação sindical, pela qual, lideranças e trabalhadores sindicalizados encontrem-se protegidos de intimidações, perseguições e ameaças de morte.

Com o avanço da extrema-direita, a agenda para enfrentar a crise climática corre o risco de ser reduzida a arranjos estritamente financeiros (greenwashing – estratégia de propaganda, pela qual, uma empresa alega ter responsabilidade ambiental, sem adotar reais compromissos com a agenda de justiça climática – e mercados de carbono desregulados) que ignoram o mundo do trabalho e violentam os povos da floresta. A agenda da extrema-direita é omissa frente ao fato de que a América do Sul enfrenta os impactos devastadores de uma crise climática sem precedentes, marcada pelo avanço descontrolado de queimadas, enchentes, chuvas torrenciais, vendavais devastadores e, como ocorreu na Amazônia Brasileira, secas históricas.

A crise climática afeta a Bacia Amazônica e grandes rios do continente. Essa dinâmica de eventos extremos, caracterizada por recorrentes ondas de calor e alterações nos ciclos hídricos, coloca sob intensa pressão os ecossistemas, a produção de alimentos e a infraestrutura das cidades sul-americanas. As populações mais vulneráveis – como trabalhadores rurais, comunidades ribeirinhas e povos indígenas – são as primeiras a sofrer com a perda de seus meios de vida e a insegurança alimentar.

No Peru, consolida uma perigosa guinada à extrema-direita com a eleição e posse de Keiko Fujimori, líder do Fuerza Popular, encerrando um ciclo de profunda instabilidade institucional que somou múltiplos presidentes destituídos no país. O novo governo Fujimori assume alinhado à maioria conservadora do Congresso e fortemente comprometido com os setores de mineração, agronegócio e grande capital financeiro, defendendo a renegociação de marcos regulatórios para atrair investimentos de curto prazo em detrimento das proteções sociais e ambientais. Na Amazônia peruana, essa agenda impulsiona a flexibilização das licenças ambientais e o enfraquecimento das inspeções do trabalho, aprofundando o abandono estatal que historicamente viabilizou a expansão da extração ilegal de madeira e do garimpo. Como consequência, milhares de trabalhadores e populações indígenas enfrentam o avanço de economias ilegais, condições extremas de informalidade, servidão por dívidas e a violação sistemática de seus direitos e de sua segurança territorial, com o avanço do narcotráfico.

A Colômbia, com a eleição e posse de Abelardo de la Espriella, enfrentará uma profunda virada política e regressão na agenda climática. O novo governo assume uma plataforma abertamente alinhada à expansão da fronteira minero-energética,

promovendo a reativação da exploração de petróleo e gás, assinatura de novos contratos de hidrocarbonetos e a defesa de projetos-piloto de fraturamento hidráulico (fracking), método altamente controverso utilizado para fraturamento de rochas subterrâneas para liberação e extração de petróleo e gás natural. Esse modelo ameaça dismantelar os avanços no combate à desflorestação, enfraquece os mecanismos de consulta prévia às populações locais e intensifica os riscos sobre defensores ambientais e lideranças sindicais e sociais que lutam pela proteção da floresta e pela garantia do trabalho decente na Amazônia Colombiana.

A Bolívia enfrenta um ciclo histórico de inflexão política marcado pelo encerramento de duas décadas de governos progressistas e a consolidação de um novo governo de orientação liberal e conservadora. A crise econômica e a polarização social abriram caminho para propostas desregulamentadoras que visam à redução do papel do Estado na proteção dos bens naturais e na fiscalização do trabalho. Na Amazônia Boliviana, esse alinhamento abre espaço para a expansão descontrolada da fronteira agrícola, da pecuária extensiva e das queimadas, ameaçando a soberania territorial dos povos indígenas, precarizando as relações e trabalho no campo e rebaixando o padrão de vida das populações extrativistas.

O Equador está imerso, sob o governo de Daniel Noboa do Ação Democrática Nacional, em um estado de exceção permanente e sob o domínio de um governo de extrema-direita centrado na militarização e em políticas neoliberais agressivas. Sob o pretexto de combater a violência do crime organizado, o Executivo tenta impor medidas de austeridade, ataca os direitos trabalhistas e incentiva a abertura desenfreada da Amazônia Equatoriana às indústrias petroleiras e mineradoras transnacionais. Esse modelo extrativista e autoritário atinge frontalmente o movimento sindical e o movimento indígena, sufocando os mecanismos de consulta prévia, violando a autonomia territorial e precarizando a segurança e a saúde dos trabalhadores da floresta.

Diante desse cenário, torna-se urgente derrotar a extrema-direita em toda a América Latina, fortalecer a organização e unidade sindical e impulsionar uma saída para crise que aponte para um projeto democrático de desenvolvimento que tenha a soberania, a sustentabilidade, a justiça social e a solidariedade internacional como aspectos estruturantes.

A Rede Sindical Amazônica assume como ponto estratégico e tarefa prioritária para o próximo período a atuação ativa nas bases, fortalecendo a organização e a

ação sindical nos locais de trabalho, periferias e comunidades, dialogando diretamente com os trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias sobre os impactos da política na vida cotidiana, nos salários e na saúde pública. Quanto mais forte a organização sindical, mais fortes são as democracias. Para tanto, assumimos o Programa de Trabalho Decente para a Amazônica como conteúdo fundamental das nossas agendas de Negociação Coletiva, por compreendermos que sem direitos e a garantia de uma vida digna, não há justiça.

A Amazônia não é um santuário desabitado e tampouco um almoxarifado de recursos. A Amazônia também é feita de gente – homens e mulheres que com seu trabalho produzem a vida e sustentam o bioma.

Sem soberania, sem democracia e sem Trabalho Decente, não haverá futuro para a Amazônia!

Rede Sindical Amazônica

Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira

CUT AC – Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras – Acre – Brasil

CUT AM – Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras – Amazonas – Brasil

CUT PA – Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras – Pará – Brasil

CUT RR – Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras – Roraima - Brasil

CTB AP – Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil – Amapá – Brasil

CTB PA – Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil – Pará – Brasil

CATP – Central Autônoma dos Trabalhadores do Peru – Peru

CGTFB – Confederação Geral dos Trabalhadores da Indústria da Bolívia – Bolívia

CTC – Confederação dos Trabalhadores da Construção, da Madeira e Setores Afins do Equador – Equador

C47 – Federação Sindical Progressista 47 - Suriname

FNA – Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas – Brasil

FETRACEL – Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose – Maranhão/ Bahia/ Espírito Santo/ Rio de Janeiro - Brasil

FETRACOMPA – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário no Estado do Pará e Território do Amapá – Pará/ Amapá – Brasil

FEDESOME – Federação Equatoriana de Operadores e Mecânicos de Equipamentos Rodoviários – Equador

FA.SACO – Federação dos Trabalhadores para a Preservação e Conservação do Ambiente e das Florestas Amazônicas – Ucayali – Peru

SINTRACOMVAJ – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Leve e Pesa e do Mobiliário do Vale do Jari – Laranjal do Jarí – Amapá – Brasil

SINTRACOMEAM – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial, Construção e Montagem de Gasoduto e Oleoduto e Engenharia Consultiva de Manaus e do Amazonas – Manaus – Amazonas – Brasil

SINTRACOMEPLAMS – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial, de Ladrilhos, Azulejos, Mármore e Granitos de Silves e Itapiranga – Silves e Itapiranga – Amazonas - Brasil

SINETHEAM – Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado do Amazonas – Manaus – Amazonas – Brasil

SINDECHRSAM – Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro, Bares, Restaurantes, Cozinhas e Similares do Estado do Amazonas Manaus – Amazonas – Brasil

SINDPLAST-AM – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Manaus e do Estado do Amazonas – Manaus – Amazonas – Brasil

STIMI – Sindicato dos Trabalhadores Madeiros de Itacoatiara – Itacoatiara – Amazonas – Brasil

STICC-Itacoatiara – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Itacoatiara – Itacoatiara – Amazonas – Brasil

SINPAF-AM – Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – Amazonas – Brasil

STIQFM-Manaus – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Manaus – Manaus – Amazonas – Brasil

SINTRACOMEIRAN – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, nas Obras de Construção de Oleodutos e Gasodutos, na Indústria de Olaria, Cerâmica para Construção, Mármore e Granitos, Serrarias, Carpintarias, Madeiras,

Compensados e Laminados, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeiras – Iranduba – Amazonas – Brasil

SINTIMAJ – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Madeireiras, Construção Civil e do Mobiliário dos Municípios de Jacundá, Goianésia do Pará e Nova Ipixuna – Jacundá, Nova Ipixuna e Goianésia do Pará – Pará – Brasil

SITRAMAN – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Madeiras, Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados de Chapas do Município de Ananindeua – Ananindeua – Pará – Brasil

SINTIMIG – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de São Miguel do Guamá – São Miguel do Guamá – Pará – Brasil

SINTICONSIS – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil Leve e Pesada do Município de Santarém no Estado do Pará – Santarém – Pará – Brasil

SOMTIMABE – Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Madeira e Serraria, Carpintaria, Tanoaria, Madeira Compensada e Laminada, Aglomerados, Chapas de Fibra de Madeira, Móveis de Junco e Vime e Vassouras, Cortinados, Estofados, Escovas e Pincéis de Belém e Icoaraci – Belém – Pará – Brasil

SINTICLEPMIA – Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, Madeira, Olaria, Pintura, Mármore, Cerâmica, Gesso, Cimento, Cal, Refratários e Afins – Moju, Igarapé-Miri e Acará – Pará – Brasil

SINDARQ-PA – Sindicato dos Arquitetos e urbanista do Estado Pará – Pará - Brasil

SINTICMA – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Madeireiras, da Construção Civil e do Mobiliário de Altamira e Região – Altamira, Placas, Pacajá – Pará – Brasil

SINDSAÚDE-PA – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Pará – Pará - Brasil

SINTRAPULCAR – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Celulose, do Papel e do Cartão – Colômbia

SINTRAMBIENTE – Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Nacional Ambiental – Colômbia

SITPROFOR-Ucayali – Sindicato dos Trabalhadores Técnicos e Profissionais Florestais e de Atividades Afins de Ucayali – Ucayali – Peru